

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

### **Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O rio Este foi alvo de novas descargas poluentes no dia 9 de outubro em vários dos seus troços que atravessam o concelho de Braga. O último episódio de poluição tingiu de vermelho as águas do rio em vários locais da cidade. Também no dia 6 de outubro as águas denotavam uma coloração avermelhada junto à Ponte Pedrinha. No dia 7 de outubro, o rio apresentava uma cor esbranquiçada em vários troços, indiciando a existência de diversos focos poluidores.

As recorrentes descargas ilegais no rio Este colocam em risco a diversidade de vida que habita aquele sistema fluvial, como os peixes, anfíbios, aves, mamíferos e plantas. Além da biodiversidade, também a saúde pública pode ser afetada pela poluição das inúmeras descargas que fustigam o rio. O Este atravessa áreas de elevada densidade urbana, sendo as suas margens utilizadas diariamente por milhares de adultos e crianças para fins desportivos e de lazer. É urgente encontrar soluções para erradicar de vez a poluição do rio.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda tem acompanhado de perto os episódios de poluição do rio Este, tendo questionado diversas vezes o Governo sobre as descargas ilegais e, em concreto, perguntado sobre as diligências adotadas para resolver o problema (Pergunta 2368/XIII/3 e Pergunta 1075/XIII/4). Mas até à data, os episódios poluentes persistem.

A Câmara Municipal de Braga tem responsabilidades não só na falta de articulação com as entidades competentes na busca de soluções reais para as descargas ilegais, como é a própria Câmara Municipal um agente poluidor do rio Este.

Em resposta a uma pergunta colocada pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, o Ministério do Ambiente revela que “desde 2015, foram instaurados vários processos de contraordenação a partir de autos de notícia levantados pelo Destacamento Territorial de Braga – Núcleo de Proteção Ambiental (NPA) da GNR, nomeadamente quatro sobre o Município de Braga e um sobre a AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M.”

Além de ser comprovadamente um agente poluidor, a Câmara Municipal tem anunciado muitas

soluções para resolver a poluição do Este. Mas infelizmente não passam de intenções sem qualquer resultado visível.

Também em resposta a uma das perguntas do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, em 2018, o Ministério do Ambiente dava nota de que “a Câmara Municipal de Braga pretende implementar um programa de monitorização no rio Este, através da instalação de uma rede de sensores ao longo de diversos pontos do rio, permitindo sinalizar situações anormais de qualidade da água, por meio de um alerta automático sobre a ocorrência de possíveis episódios de poluição.” Apesar da intenção, as descargas ilegais persistem.

Em setembro de 2020, o jornal Correio do Minho avançava uma notícia da Vereação do Ambiente do Município de Braga, anunciando a criação de “uma equipa que cadastre e monitorize os vários pontos de acesso ao Rio Este para mais facilmente chegar aos infractores numa possível descarga no seu leito.” Depois do anúncio, as descargas ilegais voltaram a ocorrer.

O Bloco de Esquerda considera inadmissível que após tantos anos e tantos anúncios de soluções para o rio Este apresentados pela Câmara Municipal de Braga, as descargas ilegais persistam. A inação do Município de Braga e das entidades competentes põe em perigo a biodiversidade do rio e a saúde pública. É urgente apurar responsabilidades e atuar nos termos da lei. Sobretudo, é necessário eliminar os focos poluentes, proceder à despoluição das massas de água e recuperar plenamente a biodiversidade do rio Este. Os habitantes de Braga têm pleno direito a usufruir de um rio limpo, biodiverso e aprazível.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio requerer à Câmara Municipal de Braga as seguintes informações:*

1. Tem o Município de Braga conhecimento das descargas poluentes no rio Este ocorridas nos primeiros dias de outubro de 2020?
2. Tem Município de Braga articulado com o Ministério do Ambiente e da Ação Climática medidas e ações concretas para erradicar as recorrentes descargas ilegais no rio Este?
  - 2.1 Em caso afirmativo, que medidas e que ações concretas foram articuladas com o Ministério do Ambiente e da Ação Climática
  - 2.2 Qual é o resultado das medidas e das ações e que efeito tiveram na diminuição da poluição do rio Este?
3. Em que estado de implementação se encontra o programa de monitorização do rio Este?
  - 3.1 Que avaliação faz o Município de Braga da eficácia do programa, ou seja, qual é a diferença dos parâmetros de qualidade química e ecológica da água, antes e após a implementação do programa?
  - 3.2 Que indicadores são utilizados no referido programa para medir a qualidade da água?
  - 3.3 Quantos episódios de poluição foram detetados pelo programa de monitorização do rio Este desde a sua implementação?
  - 3.4 Qual é o procedimento adotado quando é detetado um episódio de poluição?
4. Qual é a composição da equipa anunciada pela Vereação do Ambiente do Município de Braga para cadastrar e monitorizar os pontos de acesso ao rio Este?
  - 4.1 Quais são objetivos e metas definidos para a equipa?
  - 4.2 Qual é o seu plano de ação?
  - 4.3 Qual é a calendarização das ações previstas?
5. Que medidas prevê o Município de Braga adotar para evitar que se repitam descargas ilegais

no rio Este?

Palácio de São Bento, 13 de outubro de 2020

Deputado(a)s

JOSÉ MARIA CARDOSO(BE)

ALEXANDRA VIEIRA(BE)